

# A renda no Espírito Santo

**Maria Cristina Alvarenga**

A década de oitenta tem sido alvo de comentários pouco elogiosos, principalmente entre os economistas. Muitos a classificaram como a “década perdida”, considerando os pequenos índices de expansão do Produto Interno Bruto nacional que o país apresentou ao longo desse período.

Na tentativa de melhor conhecer o comportamento de alguns indicadores em âmbito estadual recorremos recentemente às informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). A partir dessas informações foi elaborado no IJNS o documento intitulado “Mudanças ocorridas na distribuição de renda e nas condições de vida da população do Espírito Santo na década de 80”. As informações da PNAD, bem como inúmeras outras de diversas fontes encontram-se reunidas no **Anuário Estatístico**, recentemente lançado pelo Departamento Estadual de Estatística/Seplae, facilitando enormemente estudos sobre a década.

Aproveitamos a oportunidade da divulgação de tais informações para algumas considerações sobre o comportamento da economia estadual durante a década de oitenta, dando ênfase à distribuição dos rendimentos e a alguns aspectos do mercado de trabalho.

A economia estadual passou, durante a última década, por um período de grande expansão industrial, decorrente principalmente da implantação da Usina Siderúrgica de Tubarão, que, juntamente com várias outras de portes médio e pequeno concentradas na região da

Grande Vitória, modificou a economia, tornando o setor industrial responsável pela geração de aproximadamente 46% da renda interna estadual em 1990 e aumentando a participação no Produto Interno Bruto nacional de 1,45% em 1980 para 1,71% em 1990. Este crescimento se deu a taxas superiores à média nacional.

O Espírito Santo passa a ter como característica uma economia cuja dinâmica é muito mais condicionada pela economia mundial do que pela crise brasileira. Os principais gêneros da indústria de transformação (metalurgia, papel e celulose, minerais não-metálicos, etc.) destinam aproximadamente 80% de sua produção à exportação. O mesmo acontece com o principal produto agrícola, o café, além de outras culturas emergentes, como o mamão e a pimentado-reino, também voltadas à exportação.

No entanto, esta especificidade da economia estadual não a isentou totalmente dos impactos da crise brasileira. As informações estudadas evidenciam os reflexos da recessão 1981/83, do Plano Cruzado e das políticas econômicas em geral adotadas no período. Pode-se afirmar que, do ponto de vista da distribuição de renda e das condições de vida da população, a realidade local não se diferenciou de forma substantiva da realidade nacional.

Analisando a distribuição dos rendimentos para a década de oitenta, verificamos que os extratos de maior rendimento aumentaram sua participação na renda estadual entre os anos de 1984 e 1989: os 10% mais ricos, que detinham 46,1% na renda, passaram de 31,9% para 37,5%, e os 1,0%

mais ricos, de 11,5% para 13,4% da renda disponível. No final da década, enquanto os 10,0% mais ricos ficaram com mais da metade da renda disponível, os 50,0% mais pobres ficaram somente com 11,1%, e os 10,0% mais pobres, com apenas 0,8%.

A partir das informações disponíveis calculamos o chamado Índice de Gini para medir a concentração dos rendimentos. Quanto mais próximo de 1,0 (um) o índice estiver, maior a concentração. O resultado confirma um aumento da concentração para o Espírito Santo, o que ocorreu também em nível do Brasil. Tomando como base o limite inferior de cada faixa de rendimento, o índice do Estado em 1984 (0,559) era menor do que o nacional (0,573), já em 1989 o índice para o Espírito Santo (0,623) foi maior do que o do Brasil (0,618), o que nos leva a constatar uma concentração de rendimentos relativamente maior no Espírito Santo do que no Brasil. Comparando ainda os dados do Espírito Santo com os das demais regiões do país podemos dizer que a situação do Estado em relação à distribuição de rendimentos na década de 80 é sempre pior do que a média nacional e a média da região Sudeste, ficando em situação melhor se comparada com a média da região Nordeste.

A década de oitenta é também marcada pela constante oscilação em relação ao mercado de trabalho. Inicia-se com uma crise que atinge seu ponto culminante no ano de 1983, quando todo o país passou a conviver com altas taxas de desocupação (percentual das pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas — é o chamado **desemprego aberto**).

Neste ano, a taxa de desocupação no Espírito Santo chegou a 3,8%.

Em 1986 o Plano Cruzado reverteu este quadro. Ocorreram então as menores taxas de ocupação do período, ocasião em que a taxa para o Espírito Santo foi de 2,1%. No entanto, nos anos seguintes as taxas voltaram a se apresentar em patamar maior.

Este quadro recessivo refletiu-se num outro campo importante: em 1989 pouco mais da metade das pessoas empregadas possuía carteira de trabalho assinada pelo empregador. Entre os setores econômicos, o agrícola caracterizou-se como aquele com menor percentual de carteiras de trabalho assinadas, seguido pelo setor prestação de serviços. Estes mesmos setores foram os que praticaram os menores salários em 1989. Os maiores salários no mesmo ano foram pagos nos setores indústria de transformação e outras atividades industriais.

Os dados aqui apresentados demonstram que o Espírito Santo, a despeito do desempenho econômico verificado durante a década de 80, não desfrutou de nenhuma melhora em termos de distribuição de renda. Por outro lado, os indicadores sociais também demonstram poucas mudanças em relação à melhoria da qualidade de vida. Reverter esta situação é um desafio que se coloca para as autoridades governamentais: como “fazer crescer e distribuir o bolo”, ao mesmo tempo que se propiciam à população melhorias nas condições de vida a partir do crescimento econômico alcançado?

Maria Cristina Alvarenga Taveira é economista e técnica do IJNS